



Resumo de Notícias

01/04/2016 - CUT

Atos reforçam repúdio a tentativas de derrubar o governo, mas cobram nova política

Manifestantes esperam por mudanças na política econômica, mas também defendem democracia

Os setores da sociedade contrários ao impeachment, que identificam nesse processo uma tentativa de golpe para derrubar um governo legitimamente eleito e que não cometeu crime de responsabilidade, reuniram centenas de milhares de pessoas pelo país hoje (31), para mostrar que nem todos são favoráveis à retirada da presidenta Dilma Rousseff. Embora façam críticas ao governo e suas políticas, esses movimentos defendem a legalidade e a normalidade democrática, ao mesmo tempo em que cobram medidas para recuperar a atividade econômica e retomar o crescimento. A pauta da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo era clara: em defesa da democracia e dos direitos trabalhistas, contra o golpe e por outra política econômica.

As manifestações, que ocorreram em todos os estados e no Distrito Federal, também remetem aos 52 anos do golpe civil-militar que derrubou o governo João Goulart e iniciou um período de ditadura do qual o país só sairia a partir de 1985. O ato realizado na Praça da Sé, na região central de São Paulo, fez lembrar o comício das Diretas Já, em 25 de janeiro de 1984, quando se pedia o restabelecimento das eleições para presidente da República – o que só ocorreria em 1989.

O professor Paulo Sérgio Pinheiro, ex-integrante da Comissão Nacional da Verdade e secretário de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso, recordou a data e fez críticas ao partido que agora articula a queda da presidenta, anunciando sua saída do governo, no qual permanece com o vice, Michel Temer. “A Praça da Sé lotada novamente é um recado para esse PMDB golpista”, afirmou Pinheiro, de acordo com o site da revista Fórum. Ele lembrou ainda que o ato das Diretas era liderado exatamente pelo PMDB.

Figura presente em todos os comícios daquele período e nas manifestações políticas e eleitorais das décadas seguintes, o cantor e compositor Chico Buarque apareceu hoje no ato realizado no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro, para criticar o golpe. Em rápida intervenção, disse que a manifestação poderia reunir pessoas que votaram ou não em Dilma, e inclusive eleitores decepcionados com os rumos do governo, mas que não se poderia duvidar da integridade da presidenta. Segundo ele, os presentes estavam “unidos pelo apreço à democracia e em defesa intransigente da democracia”.

Alvo de ataques por suas posições políticas e preferências eleitorais, Chico também lembrou de 1964, vivido por sua geração. “Vocês me animam a acreditar que não, de novo, não, não vai ter golpe”, afirmou aos manifestantes no Rio.

Representantes da classe artística já haviam se reunido pela manhã, no Planalto, com Dilma, para manifestar apoio. O neurocientista Miguel Nicolelis não participou, mas mandou um vídeo com um pedido à presidenta para resistir. “O mundo inteiro sabe da tentativa de se remover uma presidenta sem a legitimidade das urnas, mas por meio de um processo que combina múltiplas formas, que se iniciou na noite do anúncio do resultado das urnas”, afirmou. “Os que insistem no seu afastamento atropelam a legalidade, subvertendo o Estado democrático de direito. Os que tentam promover a saída de Dilma arrogam-se hoje sem qualquer pudor como detentores da ética, mas serão execrados amanhã, não tenho dúvida”, afirmou na cerimônia o escritor Raduan Nassar.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/atos-reforcam-repudio-a-tentativas-de-derrubar-o-governo-mas-cobram-nova-politic-7d7b/>

Resumo de Notícias

01/04/2016 - Adital

Fora Rede Globo: democratização da comunicação deve passar pelo debate

Para transmitir conteúdo televisivo, as empresas privadas concorrem à concessão de um espectro público, que é renovado de tempos em tempos. A Rede Globo, por exemplo, principal emissora do país, utiliza



um espaço público para veicular sua programação. Embora tenha a maior audiência, também recebe muitas críticas, sobretudo, em relação ao seu noticiário envolvendo política, no qual demonstra parcialidade e desigualdade nas informações. No atual cenário de crise política, agravada pela cobertura midiática, e aproveitando que a concessão da emissora vence em 2018, movimentos sociais realizam, nesta sexta-feira, 1º de abril, o "Grande ato pela cassação da concessão da Rede Globo", em todo o país

Para a secretária geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Renata Mielle, em entrevista à Adital, este não é o momento de defender a cassação da emissora, pois acredita que essa não é a melhor bandeira para discutir a democratização da comunicação. Segundo ela, quando se fala em leis para regulamentar e democratizar a comunicação no país, os grandes veículos acusam de que isto promove a censura. "Então, defender a cassação é dar motivo para falarem em censura", assinala.

Renata explica que o Fórum defende o Marco Regulatório das Comunicações e que o processo de renovação de concessão e outorga seja "mais transparente, republicano, com audiências públicas e informações claras para a sociedade". E não garanta a renovação automática, como vem acontecendo. "Não existe uma avaliação do uso que foi feito do espectro

público, se houve violação de direitos humanos", comenta. Para ela, é necessário ter um processo mais democrático de concessão, que permita que outros grupos econômicos também possam concorrer à utilização

daquele espaço que é público, "é do povo brasileiro".

Cobertura midiática e crise política

Renata Mielle diz que é indiscutível, hoje, a parcialidade dos principais grupos de comunicação na cobertura de política e economia. Segundo ela, os últimos meses foram importantes para se "desnudar o caráter político que os meios de comunicação têm". Já que o discurso adotado é pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), através da construção de uma narrativa que acusa, julga e condena, e tem como alvo principal a Presidência da República e o PT.

Sobre as manifestações populares que acusam a mídia de ser golpista, devido à parcialidade nas notícias, Renata acredita que elas podem, sim, ter impacto sobre o modo como os veículos retratam cada caso. "Por exemplo, a Rede Globo cobriu ao vivo o discurso da Dilma na ocasião da posse do Lula como ministro, e a Dilma fez uma crítica aos meios de comunicação, e isto gerou pequenas manifestações na hora, do tipo "o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo". Após a transmissão ao vivo, a repórter justificou que entendem a população. Então, no mínimo, agora, eles estão sendo obrigados a se justificarem", comenta.

Leia mais em:

<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=88600>



Resumo de Notícias

31/03/2016 - Vermelho

Chico Buarque: Não se pode duvidar da integridade de Dilma



O cantor e compositor Chico Buarque marcou presença no ato desta quinta-feira, no Rio de Janeiro, em defesa da democracia e do mandato da presidenta Dilma Rousseff. Ovacionado, ele foi saudado pelos manifestantes aos gritos de "Chico, guerreiro do povo brasileiro". Segundo o cantor, independentemente

de se apoiar ou não o PT e o governo, "não se pode colocar em dúvida a integridade de Dilma".

De cima do palco montado no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro, ele falou algumas palavras em defesa da democracia, contra o golpe e cantou para os presentes. "Estamos aqui unidos pelo apreço à democracia, pela defesa intransigente da democracia", disse.

"Eu vejo aqui gente que viveu 1964 e também jovens que conhecem a história e que me animam a pensar: não, de novo não!", completou, em uma referência ao golpe civil-militar de 1964.

Depois de receber uma rosa vermelha, ele agradeceu o apoio dos que estão nas ruas e não querem reviver aquele momento sombrio e puxou o grito: "Não vai ter golpe".

Assista ao vídeo com a fala de Chico Buarque:

<https://www.facebook.com/luana.bonone/videos/10153705427474132/>

01/04/2016 - Instituto Telecom

Agenda regulatória da Anatel concentra-se este ano

A agenda regulatória proposta pela Anatel para o biênio 2015 e 2016 teve muito pouco de sua conclusão no ano passado. Conforme o relatório de desempenho divulgado pela agência, somente 10% das 31 ações propostas foram concluídas no ano passado. As demais ainda estão em tramitação na agência.

Conforme o relatório, a área técnica concentra 57,4% dos processos, a procuradorias 11,1% e o conselho diretor 31,5%. Entre as normas que ain-

da estão para ser deliberadas estão o posicionamento da Anatel sobre o decreto da neutralidade da rede; reavaliação sobre o regime e o escopo do serviço de telecomunicações; revisão dos contratos de concessão (cuja consulta pública deve ser aprovada hoje pelo conselho diretor); reavaliação do PGMU (também na pauta da reunião de hoje); reavaliação do modelo de gestão de qualidade dos serviços de telecom; reavaliação do regulamento de interrupções, entre outros.



Resumo de Notícias

01/02/2016 - Telesíntese

Programa inteligente vai levar internet ultra rápida a 128 mil escolas públicas

O ministro das Comunicações, André Figueiredo, anunciou hoje, 1, no Encontro Provedores Regionais Nordeste, mais alguns detalhes do programa do governo de massificação da banda larga. O programa muda de nome e tem novas metas. Ele passará a se chamar "Brasil Inteligente. Internet Ligando a gente". E terá como uma das primeiras metas ligar as 128 mil escolas públicas - urbanas e rurais - com banda larga a velocidade média de 78 Mbps.



Segundo o ministro, inicialmente, os planejamentos previa alcançar essas escolas até 2025, mas em conjunto com a presidente Dilma Rousseff decidiram antecipar as metas para até 2018.

"A internet rápida não é só um instrumento de acesso ao conhecimento, mas também um caminho para a redução das desigualdades das crianças e jovens das regiões Norte e Nordeste", afirmou ele. Segundo Figueiredo, a banda larga nas escolas terá recurso federal - da Telebras e do Ministério da Educação-, mas deverá estabelecer alguma contrapartida dos estados e municípios.

Também será incluído no Programa Inteligente - que já está com a formatação concluída, conforme Figueiredo, dependendo agora apenas da agenda de Dilma para ser anunciado - a construção de dutos de internet em todas as casas da terceira etapa do pro-

grama Minha Casa Minha Vida.

Fundo dos Pequenos

Figueiredo ressaltou que o governo não pode deixar de traçar políticas diferenciadas para os pequenos provedores, que hoje representam quase 10% dos acessos de banda larga do país, e que são os desbravadores. Na política a ser anunciada em breve será incluído também o Fundo Garantidor no valor de R\$ 400 milhões, a ser lastreado por títulos da dívida pública.

"Precisamos quebrar a resistência dos bancos, que não aceitam a fibra óptica como garantia, enquanto os antigos cabos de cobre das concessionárias são bens reversíveis ao Estado, não dá para entender", reclamou ele.

O ministro disse também estar trabalhando para que o preço de referência do poste negociado entre a Anatel e a Aneel - de R\$ 3,90 - seja realmente praticado pelas concessionárias de energia, pelo menos nos rincões do país.

"Nós estamos construindo um país integrado. E não entregando um país, como aqueles que querem o golpe. O governo tem que promover a equidade e reduzir as desigualdades", conclamou ele.

O Encontro Provedores Regionais Nordeste é promovido pela Bit Social com o patrocínio do BNDES, Fibracem, Furukawa, Mob, Telebras. Apoio da Level3, NEC, Atlântico, Cablena, Comba, SCM, DPR, Solintel, Dura-Line e Wirelink. Com o apoio da Abrint e Momento Editorial.



Resumo de Notícias

01/04/2016 - Insituto Telecom

Empresas de telecomunicações recolhem a Condecine Teles integralmente, mas sustentam ações na Justiça

As grandes operadoras de telefonia móvel recolheram normalmente a Condecine Teles referente ao ano de 2015. A data final para o pagamento era esta quinta, 31. Segundo apurou este noticiário, Oi, TIM e Vivo fizeram o pagamento. A Sercomtel (da cidade de Londrina) foi a única operadora que optou pelo recolhimento em juízo. As estimativas das próprias empresas era que a Condecine Teles referente a 2015 ficasse em torno de R\$ 900 milhões, somando todas as empresas.

Havia grande apreensão no governo sobre o pagamento ou não da contribuição. As empresas poderiam optar pelo recolhimento em juízo, já que estão contestando o pagamento da Condecine na Justiça. Até o começo de março, as empresas tinham a seu favor decisões liminares que asseguravam o não recolhimento, mas estas decisões foram derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo TRF de Brasília, onde corriam as ações. Segundo apurou este noticiário, as empresas entraram então com um novo pedido na Justiça para que pudessem recolher em juízo apenas a diferença de 28,5% referente ao reajuste da Condecine aplicado em 2015. Como a Justiça não se pronunciou, e como o boleto de cobrança emitido pelo governo vem no valor total, a decisão das empresas, tomada no começo da semana, foi pelo pagamento integral, sobretudo por questões tributárias, já que o

recolhimento integral em juízo teria um impacto na alíquota de imposto de renda e contribuição sobre o lucro, para aquelas que têm resultado superavitário, e o pagamento de apenas parte do valor implicaria inadimplência tributária. Para algumas operadoras, o pagamento também foi visto como um gesto de pacificação junto ao governo visando uma discussão mais ampla sobre o tributo, pois seguem considerando a Condecine Teles uma contribuição ilegal.

As operadoras optaram por manter todas as ações na Justiça (não só o questionamento sobre o reajuste, mas a ação que questiona a própria Constitucionalidade da Condecine Teles). Entendem que a cobrança do tributo sobre toda a base de usuários móveis, incluindo assinantes pré-pagos que não são usuários de serviços de dados e, portanto, não consomem vídeo pelo celular, e operadoras que sequer têm outorga de TV paga (SeAC) é prova de que o princípio da referibilidade não está sendo cumprido.

Para o governo, o pagamento representa não apenas a realização de uma expectativa orçamentária como a manutenção do mecanismo de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual. Se as empresas fizessem o pagamento em juízo, como era uma possibilidade, muito provavelmente seria necessário rever o modelo de financiamento das atividades vinculadas ao FSA.